

UM NOVO PARTIDO PARA SALVAR A REPÚBLICA (Carta de Lindolfo Collor a Getúlio Vargas, 12-8,1929)

Era bastante sombrio o panorama político nos anos que precederam às eleições presidenciais para a sucessão de Washington Luís. Dois grupos estavam perfeitamente definidos: a **situação**, com dezessete Estados, apoiando a chapa Júlio Prestes/Vital Soares, e a **oposição**, constituída de apenas três Estados, levando como bandeira os nomes de Getúlio Vargas/João Pessoa. Sintomas que indicavam necessidade de mudanças eram perceptíveis por toda parte. O processo revolucionário, que se iniciara em 1922, a fundação do Partido Democrático, a constituição da Aliança Liberal, o Tenentismo, prenunciavam novos rumos que, em breve, desaguardariam na torrente revolucionária de outubro de 1930. Tudo, visando, mais uma vez à salvação do Brasil. Lindolpho Collor (1890-1942), político experiente do Rio Grande do Sul, adverte a Vargas de que a eleição para a presidência da República, por importante que fosse, não era tudo. Havia, certamente, coisas mais importantes a fazer para que as instituições republicanas não se comprometessem de vez. É este o teor da carta de Collor a Getúlio Vargas, que aqui transcrevemos.

*

Meu caro Getúlio.

É esta a primeira vez que te escrevo, depois da precipitação dos acontecimentos. Confirmo a minha última carta, para dizer-te que estou contigo nesta luta, que todos desejaríamos evitada, com dignidade e lisura; para remediar é tarde, para fazer história muito cedo. Estamos colocados cara a cara com uma situação de fato. O que urge agora é precisar-lhe os contornos, prever-lhe os rumos, pesar-lhe as conseqüências, encaminhar-lhe as finalidades, preparar-lhe a solução. Já o Oswaldo te escreveu: o que ele encontrou aqui foi um panorama de anarquia. Sem dúvida, a situação ordenada e enérgica, combinada com a do Neves, já melhorou em muito a situação. Esse mal, não nos iludamos, está em que nós deflagramos um movimento de intenção imediata, que é a presidência da República, num ambiente eletrizado pela convicção de que o País reclama não tanto a eleição de A ou B à suprema magistratura, mas reformas substantivas, radicais, fundamentais no nosso aparelho político e na atividade dos nossos homens públicos. Em outras palavras, e para resumir melhor o meu pensamento: a nação exige muito, e por enquanto nós lhe

oferecemos pouco. Penso que para estarmos nós, e sobretudo para estares tu, à altura do momento histórico que vivemos, esse movimento deve ser alguma coisa mais, além de uma ocasional coligação eleitoral para a conquista da presidência. Ele deve ser o início de uma nova mentalidade de regime. Repara que as idéias-força que fizeram a República entraram em declínio. A Carta de 14 de julho foi reformada, reformada a Constituição de 24 de fevereiro, o voto secreto foi introduzido em Minas e em outros Estados. Chegamos ao limiar de uma época nova. A nação perdeu a confiança nisso que aí está. A cegueira do poder central acelera a marcha dos acontecimentos. Mas, esses acontecimentos, até onde nos levarão? E no meio deles, qual será, daqui a alguns meses, a nossa situação, a situação do Rio Grande, em face do governo federal e do juízo da opinião pública?

Vou dizer-te sem subterfúgios o que penso. Em primeiro lugar, estou certo de que numa eleição honesta o nosso triunfo seria indiscutível como a luz do sol. Mas tenho dúvidas, como tu, sobre a lisura do pleito, ou, melhor, prevejo que o governo federal não poupará meios para evitar a nossa vitória, num simulacro de eleição. Não há nisso nenhuma injúria aos governantes do Brasil. Como se haveria de esperar um resultado escorrito saído de um aparelho rudimentar e grosseiro, como o é a nossa lei eleitoral? É ilógico pedir-se no Brasil um pleito regular e sério, enquanto não se lhe houver dado os meios imprescindíveis para isso. A lei atual é a sistematização da fraude, e na fraude armas melhores e as decisivas estão nas mãos do governo. Pode acontecer, não duvido, que tal venha a ser volume da opinião que mesmo a fraude não baste para arrebatá-los a vitória nas urnas. Mas, se assim não for, que faremos?

Temos, bem recente na nossa memória e na nossa experiência, o desfecho da Reação Republicana. Dela devemos recolher vários ensinamentos. Catalogo-os numericamente na ordem em que me forem ocorrendo: 1) Toda coligação de esforços tendente apenas à conquista do poder é por demais precária, não sobrevive ao fragor da derrota e causa males de extensão cada vez maior aos Estados que nela se aventuram. Os aliados da véspera tornam-se os piores inimigos, divididos por injustos e recíprocos ressentimentos e retaliações. O que começou mal, à falta de um forte laço de idealidade, acaba pior ainda, num **saue qui peut** desolado e trágico. 2) A intromissão de elementos extremistas na coligação e a crescente exacerbação dos ânimos, crescente de um lado, pelo natural negativismo desses extremistas e, de outro, pelos abusos, também naturais, do poder central, tende a conduzir-nos a uma situação em que talvez nos seja impossível evitar a desordem material. 3) a desordem material colocar-nos-ia agora em face de dilemas verdadeiramente crudelíssimos. O primeiro e o fundamental é o seguinte: ficaremos ou não solidários com a eclosão da desordem? Se ficarmos, renegaremos de vez o nosso passado orgânico, a tradição conservadora do castilhismo e far-nos-emos compartícipes, senão

os maiores responsáveis pelo que vier acontecer. E que acontecerá? Venceda a revolução estaremos desmoralizados e exaustos. Vencedora, quem terá vencido? Nós ou os revolucionários de escala? quem recolherá o fruto da vitória material, tu, ou Luís Carlos Prestes? Cito este nome como símbolo.

Evidentemente, essa perspectiva é a mais terrível que se nos poderia antolhar nesta hora, tão simplesmente povoada de apreensões. Não nos iludamos. Na revolução, nós seríamos simples aderentes de última hora, na hipótese da vitória; mas responsáveis únicos na hipótese do desastre. Inclino-me, por isto, contra a possibilidade de levarmos a luta a extremos de violência material. Digo **por isto** para não fazer aqui uma explanação doutrinária perfeitamente descabida, tendente à demonstração, que está no espírito de todos nós, que um mau governo é ainda preferível à vitória de uma insurreição, geradora de outras insurreições, e conduzente ao caminho dos caudilhos solertes e dissolventes; 4) Se vencidos pela fraude e repelida a hipótese de conquistarmos o poder pela revolução, que nos sobrarão ao cabo de tanta luta e de tanta agitação? Sobrar-nos-á o maior dos desastres, se confundidos pela derrota, nos recolhermos, divididos os aliados da campanha, aos nossos Estados, postos à mercê de novo governante, sol de raios dardejantes, primogênito de Júpiter, que dificilmente nos perdoará o crime da rebelião contra os seus implícitos direitos sucessórios; mas sobrar-nos-á uma força respeitável, indisputável e crescente, se permaneceremos todos unidos, dentro da lei e da ordem, enfrentando na Câmara, pela oposição parlamentar, o novo governo. Uma força parlamentar e eleitoral como a nossa é na verdade invencível desde que lhe permitamos a perspectiva do tempo para o seu natural desenvolvimento. Um governo novo que encontra quase uma centena de votos em oposição no Congresso não poderá governar sem fazer concessões a essa força. De tão lógico que é o asserto e de tão evidente, dispenso-me de insistir sobre ele. 5) Mas, como nos poderemos manter unidos? Nisso que, por enquanto, se denomina Aliança Liberal, há em colisões latentes vontades provindas de todos os setores do pensamento político. O ex-presidente Bernardes e o chefe revolucionário Assis Brasil formam um símbolo de tal modo impressionante de personagens que **hurlent de se trouver ensemble**, que demasiado seria também insistir sobre esse ponto. Nada mais fácil, por conseguinte, do que a desagregação dessa Aliança Liberal.

Para evitar esse desastre, para salvar uma união que é agora para nós uma necessidade vital, só vejo um meio: a fundação de um partido nacional. As ideologias da propaganda republicana estão esgotadas. Como irradiação de doutrinas e de práticas políticas, o 15 de novembro de 89 é um esfriado? (?). Nem poderia deixar de ser assim numa época como a nossa. Os fundadores do regime, por certo, não haveriam de adivinhar as conseqüências da guerra mundial. O bolchevismo, o fascismo, o sentido econômico das fórmulas políticas, a sublevação das massas em estado de

fermentação — tudo isso é paisagem dos nossos dias. O Brasil hoje é um campo em que dois partidos de fato já existem: o **reacionário**, para o qual o problema social é um simples caso de polícia (lembras-te da frase ?), que julga e proclama inútil a existência dos partidos porque “o Brasil já realizou a plenitude das suas conquistas, a saber, a Independência, a Abolição e a República” (!), para o qual, em suma, vivemos no melhor dos mundos. Pangloss é o orgulho nacional, o presidente da República a única vontade eficiente, o Congresso não vale nada e o cenário das realidades em que nos movemos é esse que aí está e não poderia ser outro; e o que vulgarmente se chama o **liberal** que propugna justas reformas, necessárias mesmo aos olhos de qualquer inteligência esclarecidamente conservadora. No meio desses dois partidos que existem de fato e cuja existência independe da nossa vontade, agita-se a ameaça subversiva da ordem que, assim não tomem os homens públicos a necessária providência, acabará vencendo fatalmente. Mas a vitória da revolução é o desastre de que já acima falamos. Penso que a fundação desse novo partido nacional é a mais ingente e urgente das nossas necessidades. A sua fundação, aliás, nada mais será do que a homologação do estado de espírito já existente. Quando se fundou o Partido Republicano, eram os republicanos um pugilo. Nós somos uma legião. A vontade do País reclama alguma coisa de novo, além, muito além das competições em torno da presidência da República. Para começar, para iniciar esse grande movimento de renovação nacional, temos praticamente a totalidade eleitoral dos dois maiores Estados da Federação. No terceiro grande Estado (São Paulo) temos aberta a brecha dos democráticos. Temos, crescente, por nós, a Capital da República. No Norte, a Paraíba e as brechas locais. De que mais carecemos nós para canalizar essas forças formidáveis no sentido de um grande partido nacional, que defina não a situação brasileira nos últimos anos de monarquia, mas a situação brasileira dos nossos dias, as realidades vivas, palpitantes da nossa hora e não da dos nossos antepassados gloriosos, que evangelizaram e fundaram a República, mas cujas idéias já são hoje um quase anacronismo político?

Até agora, a República tem vivido, idealmente presa à concepção da **ordem**; mas é preciso pensar também no **progresso** das idéias e das instituições. Sem o progresso renovador dos princípios e dos métodos de ação, a ordem é uma abstração inconciliável com a biologia social. Vivemos a defender a ordem e a ordem é cada vez mais precária. Mas o nosso lema não é só — ordem —, mas — ordem e progresso. Onde o progresso nas nossas instituições políticas? Toda inteligência mais ou menos honesta não deixará de concordar que, nesses quarenta anos de República, não avançamos nada na melhoria das nossas instituições. O contrário é que é a realidade.

Somos republicanos, fieis aos ensinamentos do passado; veneramos a memória dos fundadores da República; queremos conservar a sua construção política; mas, queremos conservá-la

melhorando, e não na estagnação das idéias que a nossa geração encontrou. Por isto mesmo, somos conservadores e não liberais. A palavra **liberal**, aliás, é um anacronismo ao meu modo de ver, e não tem significação real nos nossos tempos. Mas, como conservadores, por queremos melhorar o que aí está, somos progressistas. O nosso partido, o partido nacional que podemos fundar com perfeita tranqüilidade de consciência invocando para ele as bênçãos cívicas dos fundadores do regime, o partido que a nação espera e reclama é o Partido Republicano Progressista. Ele confirmará o nosso passado e nos indicará o caminho para o futuro. Nós, os republicanos riograndenses, não devemos, a meu ver, aceitar a designação de liberais ou democráticos, porque isto nos divorciaria de todo o nosso passado.

Escrevo-te às pressas e esta carta já vai longa. Penso, em resumo, que para estarmos à altura dos acontecimentos, devemos, por ocasião da proclamação da tua candidatura, fundar o Partido Republicano Progressista, com um corpo de doutrinas orgânico e em correspondência real com a atualidade política e econômica do País. Fazendo isto, teremos feito obra maior que nós mesmos. O teu nome sairá do ar confinado dos **diz-que-disse** para a plena luminosidade das idéias, única força real na vida das sociedades. Vencedores, teremos vencido em nome de princípios; vencidos, seremos uma grande força que espera tranqüilamente a vitória no próximo quadriênio. E ainda, nessa hipótese, a derrota não terá sido tua, mas de um partido, que só ainda não terá podido vencer por falta de uma exata manifestação da vontade popular. Olha para a Argentina. A vitória do partido radical é paradigma impressionante.

Não creio que seja necessário insistir sobre o assunto nem vale a pena expor aqui o que penso sobre o corpo de doutrinas do Partido Republicano Progressista. Digo-te apenas que ele deverá, a meu ver, conter a média do que se toma hoje por aspiração da vontade popular e das **elites** políticas, bem fácil de ser aferida.

Peço-te que com o teu alto sentido das coisas, com o teu critério amadurecido no trato dos homens e do governo, medites estas sugestões que te envio como republicano e como teu amigo. A tua hora pode ser a hora do Brasil de amanhã. Não percas a oportunidade. Ela não voltará, talvez, a bater à tua porta. Manda-me as tuas ordens. Recebe o abraço da minha sincera amizade.

Teu amigo certo, a) Lindolfo Collor.

(Silva, Hélio — 1926: **A Grande Marcha**, 444-449. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965).